

Congresso recebe hoje proposta de orçamento

Governo reviu metas de gastos para a União, em função das medidas de ajuste fiscal

Cíntia Sasse e Deise Leobet
de Brasília

O governo envia hoje ao Congresso Nacional a nova versão do orçamento da União para o próximo ano, com a previsão de cortes de R\$ 8,7 bilhões e a reprogramação de gastos e receitas em função das medidas de ajuste fiscal. A proposta já inclui os efeitos da reforma da Previdência, o adicional de 9% na contribuição previdenciária dos funcionários da União e a nova alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Mas não prevê qualquer concessão de reajustes salariais ao funcionalismo público.

A proposta deve ser entregue às 12h30 ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, pelo minis-

tro do Planejamento, Paulo Paiva e pelo secretário-executivo, Martus Tavares. À tarde, haverá uma coletiva à imprensa para explicar as modificações feitas no projeto enviado em agosto, que previa receitas de R\$ 196,5 bilhões e despesas de R\$ 187,8 bilhões para 1999.

O Congresso tem até o dia 15 de dezembro para votar o projeto de lei do orçamento. Caso não consiga, os parlamentares devem apreciar a matéria durante o período da convocação extraordinária, que já está praticamente acertada, segundo um assessor de Antonio Carlos Magalhães. O secretário executivo do Planejamento reconheceu que o prazo que os congressistas dispõem para examinar o novo orçamento é pequeno. Por isso, já trabalha com a

possibilidade de iniciar o ano executando o mecanismo de 1/12 para as despesas orçamentárias previstas na nova versão. Antigamente, esse mecanismo previa a liberação de recursos com base em 1/12 do orçamento executado no ano anterior.

No entanto, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB/DF), garante que há condições de se aprovar a proposta orçamentária até a conclusão dos trabalhos legislativos. "Vamos fazer todo o esforço para aprová-la até a data limite deste ano", disse o senador. Arruda informou que o Congresso deve votar amanhã um projeto de resolução que simplifica a tramitação do orçamento no Legislativo, tanto na comissão mista quanto no Plenário.

A revisão do orçamento obedeceu ao novo cenário desenhado pelo governo após a crise financeira internacional, que atingiu em cheio o Brasil. A previsão de um crescimento da economia de 4% foi substituída por uma retração de 1% no Produto Interno Bruto (PIB), ainda considerada otimista pelos analistas.

O governo também ajustou suas contas em função do acordo de ajuda externa de US\$ 40 bilhões, que vem sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o grupo dos dez países mais ricos (G-10). Pelo acordo, o Brasil deve alcançar um superávit primário (diferença entre receitas e despesas, excluindo juros) de 2,6% em 1999.